

## **COMISSÃO DIRETORA**

### **PARECER Nº 461, DE 2015**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2015, que *altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever que o afastamento cautelar de titulares de mandato eletivo só possa ser determinado por órgão colegiado judicial.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 15 de julho de 2015.

**JORGE VIANA, PRESIDENTE**

**ELMANO FÉRRER, RELATOR**

**DOUGLAS CINTRA**

**SÉRGIO PETECÃO**

**ANEXO AO PARECER Nº 461, DE 2015.**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2015.

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever que o afastamento cautelar de titular de mandato eletivo só possa ser determinado por órgão judicial colegiado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. ....

§ 1º A autoridade judicial ou administrativa competente poderá, observado o § 2º, determinar o afastamento cautelar de agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

§ 2º No caso de titular de mandato eletivo, o afastamento só poderá ser determinado por órgão judicial colegiado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.